Bolsas
Na segunda-feira
0,48% São Paulo
0,42% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
109.460 — 110.213
17/5 18/5 19/5 22/5

Dólar
Na segunda-feira
R$ 4,971
(- 0,5%)

Últimos	
16/maio	4,943
17/maio	4,934
18/maio	4,968
19/maio	4,996

Salário mínimo
R$ 1.320

Euro
Comercial, venda na segunda-feira
R$ 5,374

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71
Abril/2023	0,61

CONTAS PÚBLICAS

Governo bloqueia R$ 1,7 bi do Orçamento

Segundo o governo, medida é necessária para manter o teto de gastos, diante da alta de R$ 24,2 bilhões nas despesas

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) anunciou ontem a necessidade de bloqueio de R$ 1,7 bilhão em despesas discricionárias do Orçamento federal para cumprir a regra do teto de gastos. A decisão foi tomada após uma revisão no volume de despesas, cuja projeção aumentou em R$ 24,2 bilhões. Os dados constam no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento e é publicado a cada dois meses pela equipe econômica.

"O detalhamento do bloqueio de R$ 1,7 bilhão será discriminado no dia 30 de maio, quando for publicado o decreto de programação (orçamentária)", informou o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, segundo a Agência Brasil.

Os últimos meses registraram uma elevação nas despesas, puxadas principalmente pelos impactos do novo valor do salário mínimo, que passou para R$ 1.320 desde 1º de maio, incidindo sobre benefícios previdenciários, seguro desemprego, abono, entre outros. A pasta também citou R$ 3,9 bilhões de repasses para estados e municípios a partir da sanção da Lei Paulo Gustavo, que destinou recursos para o setor cultural, além da complementação do piso nacional da enfermagem. Esses bloqueios poderão ser revertidos mais adiantes com mudanças nas estimativas de receitas e despesas.

Os números reverteram a folga de R$ 13,6 bilhões no teto de gastos que havia sido apresentada no relatório bimestral anterior. A regra do teto deverá ser substituída por uma nova regra fiscal, que vai à votação esta semana na Câmara dos Deputados. O teto seria estourado neste ano, mas a PEC da Transição, promulgada no fim do ano passado, retirou do limite de gastos R$ 145 bilhões do Bolsa Família e R$ 23 bilhões em investimentos, caso haja excesso de arrecadação.

O governo também elevou a estimativa de deficit primário de R$ 107,6 bilhões para R$ 136,2 bilhões, equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país). A meta fiscal para 2023 continua sendo de deficit primário de R$ 238 bilhões (2,2% do PIB).

Do lado das receitas, o relatório revisou para baixo a estimativa de itens como exploração de recursos naturais (menos R$ 5,6 bilhões) e arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com projeção de menos R$ 4,1 bilhões. Também houve revisão da projeção de arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com redução de R$ 4,1 bilhões, e outros R$ 3,8 bilhões a menos nas projeções de arrecadação com o Imposto de Importação.

Por outro lado, houve aumento de R$ 5 bilhões na previsão de receitas com lucros e dividendos e R$ 3,1 bilhões de arrecadação com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em relação à Lei Orçamentária de 2023, o aumento previsto de receitas é de R$ 105,6 bilhões, segundo o governo.

Ana Volpe



Decreto de programação orçamentária será divulgado no dia 30 com o detalhamento do contingenciamento e dos órgãos atingidos

PIB e inflação

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre aumentou a estimativa de crescimento do PIB, em relação ao bimestre anterior, de 1,61% para 1,91%, conforme havia antecipado o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Em relação aos indicadores de inflação, o relatório aponta que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será de 5,58%, um aumento de 0,27 ponto percentual em relação ao relatório anterior. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi estimado em 5,34%, uma elevação de 0,18 ponto percentual em relação à previsão anterior.

Restituição do IR começa amanhã

» FERNANDA STRICKLAND

A Receita Federal anunciou, ontem, que será aberta amanhã, a partir das 10 horas, a consulta ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física 2023. Segundo o órgão, o primeiro lote será pago em 31 de maio — mesmo dia do prazo final para o envio da declaração do IR 2023. Serão contemplados 4,13 milhões de contribuintes, no valor de RS 7,5 bilhões. É o maior valor já pago pela Receita em um lote de restituição do IR.

De acordo com o órgão, todo o valor será destinado a contribuintes que têm prioridade, sendo 246 mil idosos acima de 80 anos; 2,46 milhões com idade de entre 60 e 79 anos; 163,86 mil com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; 1,05 milhão cuja maior fonte de renda seja o magistério. Cerca de 204 mil contribuintes que não têm preferência legal, mas ganharam prioridade por terem usado a declaração pré-preenchida ou optado por receber a restituição via Pix, também vão estar no primeiro lote.

Para saber se a restituição está disponível, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet *(www.gov.br/receitafederal)*, clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". A página permite, ainda, uma consulta à situação da declaração. Se identificar alguma pendência, o contribuinte pode retificar a declaração, corrigindo as informações que porventura estejam equivocadas.

Caso o contribuinte não resgate o valor da restituição no prazo de um ano, deverá requerê-lo pelo Portal e-CAC.

Calendário

Datas de pagamento da restituição do Imposto de Renda 2023:

1º lote	31 de maio
2º lote	30 de junho
3º lote	31 de julho
4º lote	31 de agosto
5º lote	29 de setembro

POLÍTICA MONETÁRIA

Campos Neto: críticas ao BC mostram desconhecimento

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que "o Executivo foi eleito e tem o direito de determinar qual meta de inflação quer seguir". Ele relatou já ter sido procurado por "vários senadores" com a proposta de que a meta de inflação só pudesse ser alterada com autorização do BC, mas disse que foi contra. O presidente do BC falou ontem em evento, promovido pela *Folha de S. Paulo*, sobre os dois anos de autonomia da autoridade monetária.

A meta de inflação é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O Banco Central por sua vez, tem autonomia para manobrar a política de juros para que a meta seja alcançada. Em junho de cada ano, o CMN estabelece as metas para os dois anos seguintes, o que tem gerado expectativa sobre a reunião do colegiado no próximo mês. De acordo com Campos Neto, "seria muito conflituoso se o BC determinasse a própria meta".

O presidente da autarquia observou, ainda, que uma eventual mudança da meta poderia ser interpretada pelos agentes financeiros apenas como uma manobra para ganhar flexibilidade, o que teria efeitos negativos. "Quando a mudança de meta na Argentina foi feita para ganhar flexibilidade, perdeu-se credibilidade e a inflação disparou", disse.

Perguntado sobre os questionamentos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre a elevada taxa básica de juros — que está atualmente em 13,75% ao ano —, ele respondeu que o petista "tem o direito de entrar num debate sobre taxa de juros", mas ressaltou que a "personificação (das críticas de Lula a ele) mostra desconhecimento do processo no BC", já que a taxa é estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), um colegiado de nove membros.

"A autonomia vai justamente na contramão disso, afirmou Campos Neto. "A personificação é falta de conhecimento sobre o processo instalado e o amadurecimento do Banco Central."

No mês passado, Lula deixou no ar a possibilidade de mudar a meta de inflação. Disse ser "humanamente impossível", com os juros altos, que o empresariado obtenha crédito e que a economia volte a crescer de forma mais consistente. "Ouvi que o presidente do Banco Central teria dito que, para manter 3% (de meta de inflação), teria que ter um juro de 20%. É algo não razoável. Se a meta está errada, muda-se a meta", afirmou.

Autonomia

Durante evento, o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que não há clima no Legislativo para alterar a autonomia do BC. "Não haverá nenhum tipo de retrocesso em relação ao marco do saneamento, à capitalização da Eletrobras, e à autonomia do Banco Central", garantiu.

"A autonomia do Banco Central foi uma conquista importante do Brasil nos tempos modernos, em que a autonomia e a prevalência da técnica são importantes para se evitar interferências políticas indesejáveis", enfatizou. "Isso, porém, não significa um poder absoluto", acrescentou.

Para o presidente do Senado, o BC tem compromisso com a solidez do sistema financeiro e com a estabilidade da moeda. "Mas tem também o bem-estar da população e o pleno emprego. De modo que é compromisso do Banco Central compreender o momento em que estamos vivendo e promover a redução gradativa da taxa básica de juros", pontuou Pacheco. **(FS)**

O que faz o CMN

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um colegiado presidido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e que conta, ainda, com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet. Ele se reúne uma vez por mês e é responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Cabe ao CMN, também, fixar as metas anuais de inflação.